



SAÚDE



SNS SERVIÇO NACIONAL
DE SAÚDE



UNIDADE LOCAL DE SAÚDE
CASTELO BRANCO



Relatório de Execução Orçamental

Período: 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2024

Sede: Av. Pedro Álvares Cabral, 6000-084 Castelo Branco ♦♦♦ Capital Estatutário: € 20.687.241 ♦♦♦ NIPC 509 309 844
Matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Castelo Branco, com o número 509309844

NOTA PRÉVIA

- O presente relatório de execução orçamental, referente ao período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2024, visa dar cumprimento ao previsto na alínea b) do n.º 4 do art.º 67.º do Decreto-Lei n.º 52/2022, de 4 de agosto.
- O referencial contabilístico em vigor é o SNC-AP, aprovado pelo DL n.º 192/2015, de 11 de setembro.
- A aplicação SICC apresenta neste período mapas de controlo da execução orçamental ainda com algumas incorreções, permitindo, no entanto, que sirvam de base ao reporte realizado mensalmente no SIGO/DGO, após alguns ajustamentos necessários, prevalecendo, em caso de dúvida, os elementos que constam do balancete.
- A análise ao controlo do orçamento económico tem por base a proposta apresentada à tutela em finais de fevereiro de 2025, no âmbito do PDO.
- Apesar de ainda não estarem implementados os centros analíticos de responsabilidade, cada responsável de serviço é informado periodicamente sobre a evolução da execução do Contrato-programa da sua área, no sentido de serem corrigidas atempadamente todas as situações que possibilitem melhorar o desempenho e alcançar os objetivos previstos.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	4
II – Execução Económica face ao Contrato-programa (proposta) e Análise à Evolução dos Gastos e Rendimentos Operacionais face ao período homólogo de 2023	9
A – Gastos e Perdas	9
B – Rendimentos e Ganhos	14
III – Recursos Humanos	14
IV – Evolução da Dívida e dos Pagamentos em Atraso	18
CONSIDERAÇÕES FINAIS	19
Anexo I – Gastos e Perdas	21
Anexo II – Variação Gastos e Perdas	22
Anexo III – Rendimentos e Ganhos	23
Anexo IV – Variação Rendimentos e Ganhos	23

INTRODUÇÃO

O presente relatório pretende dar a conhecer a evolução ocorrida nos gastos e nos rendimentos da ULSCB no período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2024, tanto na vertente orçamental, com base no orçamento aprovado pelo Ministério das Finanças, como na vertente económica, tendo como referência a última proposta apresentada à tutela em finais de fevereiro de 2025, no âmbito do PDO (plano de desenvolvimento organizacional).

Analisaremos ainda as principais variações em comparação com o período homólogo de 2023 e nomeadamente a evolução dos gastos operacionais (n.º 8 do art.º 134.º do DL 17/2024, de 29 de janeiro - DLEO), bem como a evolução da dívida e dos pagamentos em atraso.

Os exercícios de 2022 e 2023 ficaram marcados pelo aumento da dotação proveniente do financiamento do Contrato-programa e pela entrada de verbas extraordinários que nos permitiram reduzir consideravelmente as dívidas a fornecedores externos. Assim, no ano de 2022, recebemos 18,3 M€ para a regularização de dívidas em atraso a fornecedores externos e no ano de 2023 foram mais 14,9 M€ (4,3 M€ para despesas com pessoal, 4,5 M€ para regularização de dívidas de empresas que tivessem recorrido ao factoring e mais 6,1 M€ para regularização de dívidas para os demais fornecedores), o que nos permitiu reduzir a dívida a fornecedores externos em 31/12/2023 para os 10,67 M€, quando em 2022 se situava em 15,7 M€, contribuindo para o desanuviar da situação financeira, possibilitando encarar o ano de 2024 com maior otimismo em virtude do acréscimo previsto no Contrato-programa, excluindo o pagamento às farmácias de oficina, que ascendia aos 6,91% (+6,4 M€), portanto acima da taxa de inflação estimada pelo Banco de Portugal (2,9%) para 2024.

Contudo, o primeiro semestre de 2024 já fechou com RL e EBITDA negativos, em virtude dos acréscimos dos gastos com Produtos e serviços Vendidos em Farmácias (PVF) relativos ao primeiro trimestre deste ano, a pedido da ACSS, encargo suportado até então pela ARSC, e a dívida cresceu ligeiramente (excluindo as farmácias e os MCDT da despesa centralizada), e em agosto voltámos a ter novamente pagamentos em atraso a fornecedores externos.

No quarto trimestre, o mês de dezembro voltou a trazer reforços adicionais, a saber:

- Despacho de S.E. o Senhor Ministro de Estado e das Finanças e S.E. a Senhora Ministra da Saúde, de 09 de dezembro de 2024, que determinou o reforço das entidades públicas empresariais pertencentes ao SNS, cabendo a esta ULS o montante de 5,3 M€ para regularização de passivos;
- Reforço de 1,8 M€, de modo a atenuar a redução do adiantamento de dezembro de 2024, ao abrigo do Contrato-Programa de 2024.

Estas verbas possibilitaram o pagamento da faturação em dívida a fornecedores externos registada à data do reporte de novembro, e com data de emissão até 21/08/2024. Conseguimos ainda assegurar o pagamento integral dos encargos/contribuições com o IRS, CGA e Segurança Social que eram devidos em dezembro, para além do PMP ter diminuído para os 65 dias (era de 117 dias em 31/12/2023). A dívida total em 31/12/2024 atingiu os 28,3 M€ (já inclui a faturação dos PVF de dezembro, entretanto conferida pelo CCMSNS).

Passando à análise aos resultados alcançados no período, verificamos que o resultado líquido (RL) ascendeu a 12,1 M€ negativos, piorando 1,7 M€ face ao do ano anterior (foi de -10,4 M€), situando-se o EBITDA nos 9,7 M€ negativos (-7,4 M€ em 2023).

Em termos orçamentais/financeiros, a cobrança foi superior à registada no período homólogo, com um acréscimo de 8,3% (+8,3 M€), e a despesa paga também cresceu 7,76% (+8,8 M€), decorrendo do facto da dotação orçamental ter sido reforçada e do pagamento às farmácias de oficina (PVF).

Do ponto de vista da execução económica, globalmente os gastos ficaram acima do referencial do período, fixando-se nos 102,53% (+3,4 M€), essencialmente devido aos gastos com pessoal (+2,97% / +1,7 M€), às aquisições de bens e serviços (+1,62% / +814 mil€) e outros gastos e perdas que superaram a previsão em 63,39% (+762 mil€) essencialmente devido à regularização das existências de material (próteses) que se encontrava à consignação. Ao nível dos rendimentos, a execução também foi superior ao referencial, fixando-se nos 101,76% (+2 M€).

Feitas estas considerações, passaremos a analisar a execução orçamental e económica ocorrida nas principais rubricas de forma mais detalhada.

I – Execução Orçamental

Da execução ocorrida nas receitas (quadro infra) no período, resultou uma taxa de cobrança de 100% face à dotação anual final, correspondendo a 122 M€ cobrados, ficando assim 7,5 M€ abaixo da dotação inicial, com uma diminuição de 12,5 M€ nas receitas correntes e um aumento de 5 M€ nas receitas de capital.

Controlo da Execução Orçamental - Ano 2024

Período: janeiro a dezembro 2024

u.m.: euro

Código	Designação	F.F.	DOTAÇÃO INICIAL ANUAL (1)	DOTAÇÃO CORRIGIDA ANUAL (2)	Variação relativa da DOTAÇÃO (2)/(1)	Variação absoluta da DOTAÇÃO (2)-(1)	LIQUIDAÇÕES DO PERÍODO (3)	TAXA EXECUÇÃO relativa (3/2)	COBRADO do exercício (4)	COBRADO de exercícios anteriores (5)	TOTAL COBRADO (6)	TAXA EXECUÇÃO ANUAL (6/2)
RECEITAS												
	Receitas Correntes		128.121.170	115.660.637	-9,73%	-12.460.533	115.907.760	100,21%	115.343.613	317.024	115.660.637	100%
04	Taxas, multas e outras penalidades	513	462.399	221.163	-52,17%	-241.236	217.975	98,56%	217.975	3.188	221.163	100%
05	Rendimentos de propriedade	513	0	109		109	109	100%	109	0	109	100%
06	Transferências correntes	513	13.778	97.038	604,30%	83.260	97.038	100%	97.038	0	97.038	100%
06	Transferências correntes	541	98.766	98.590	-0,18%	-176	98.590	100%	98.590	0	98.590	100%
07	Vendas de bens e serviços correntes	511	126.739.742	114.602.188	-9,58%	-12.137.554	114.926.712	100,28%	114.602.188	0	114.602.188	100%
07	Vendas de bens e serviços correntes	513	800.478	539.097	-32,65%	-261.381	460.779	85,47%	225.261	313.836	539.097	100%
08	Outras receitas correntes	513	6.007	102.452	1605,54%	96.445	106.557	104,01%	102.452	0	102.452	100%
	Receitas de Capital		1.605.685	6.560.575	308,58%	4.954.890	6.560.163	99,99%	6.560.163	412	6.560.575	100%
10	Transferências de capital	483	1.539.148	21.701	-98,59%	-1.517.447	21.289	98%	21.289	412	21.701	100%
10	Transferências de capital	511	0	97.284		97.284	97.284	100%	97.284	0	97.284	100%
10	Transferências de capital	513	0	5.318		5.318	5.318	100%	5.318	0	5.318	100%
12	Passivos Financeiros	432	66.537	0	-100%	-66.537	0	0%	0	0	0	0%
12	Passivos Financeiros	513	0	88.065		88.065	88.065	100%	88.065	0	88.065	100%
12	Passivos Financeiros	721	0	5.345.157		5.345.157	5.345.157	100%	5.345.157	0	5.345.157	100%
15	Reposições não abatidas nos pagamentos	513	0	212		212	212	100%	212	0	212	100%
16	Saldo da Gerência Anterior	368	0	8.446		8.446	8.446	100%	8.446	0	8.446	100%
16	Saldo da Gerência Anterior	488	0	74.942		74.942	74.942	100%	74.942	0	74.942	100%
16	Saldo da Gerência Anterior	521	0	429.312		429.312	429.312	100%	429.312	0	429.312	100%
16	Saldo da Gerência Anterior	522	0	489.977		489.977	489.977	100%	489.977	0	489.977	100%
16	Saldo da Gerência Anterior	724	0	161		161	161	100%	161	0	161	100%
	Total Receitas		129.726.855	122.221.212	-5,79%	-7.505.643	122.467.923	100,20%	121.903.776	317.436	122.221.212	100%
17	Operações Extraorçamentais	513	0	15.817		15.817	15.817	100%	15.817	0	15.817	100%

Assim, ao nível das receitas correntes, a execução foi de 100%, com a fonte de financiamento (FF) 511 a ser a que apresentou maior desvio (-12,1 M€ / -9,58%) face à dotação inicialmente aprovada. Tal situação resultou do facto da ACSS ter solicitado uma alteração ao valor da dotação aprovada no Orçamento de Estado, atendendo ao valor que previu para a contratualização.

Quanto à FF 513, relativa a receita própria, tivemos globalmente uma execução anual bastante abaixo da prevista, registando-se um desvio de 229 mil€ (-17,87%). A RCE 04 ficou mais de 50% aquém do expectável (-52,17% / -241 mil€), por apenas termos realizado um ciclo de recuperação de taxas em dívida através do SITAM no final do ano, contrariamente ao ocorrido no ano anterior em que fizemos três ciclos, e na RCE 07 o desvio foi de 32,65% (-261 mil€).

Apenas a FF 541 ficou ao nível do estimado, sendo esta receita proveniente do INEM, no âmbito do protocolo da VMER existente.

Quanto às receitas de capital, a execução global superou a dotação inicial em 5M€, devendo-se ao facto de termos recebido 5,3 M€ (FF 721) de reforço para regularização de passivos.

Relativamente à FF 511, a verba recebida da ACSS (97 mil€) prende-se com o Programa de Incentivo Financeiro à Qualificação dos Serviços de Gastrenterologia do SNS.

No que respeita à FF 432 (projeto POSEUR), não houve qualquer execução, situação que já era esperada em virtude da verba inscrita não ter sido proposta por nós, já que o projeto estava concluído no ano anterior. Quanto à FF 483 do PRR, ficámos muito aquém do previsto (-1,5 M€), tendo apenas sido recebidos 21,7 mil€ que dizem respeito ao projeto 1735 que visa disponibilizar exames Holter e MAPA em todas as USF e UCSP da ULSCB.

Por fim, em diversas FF referentes ao saldo de gerência anterior, temos cerca de 1 M€ cobrados. Desta verba, apenas 104,7 mil€ foram autorizados para aplicação em despesa, conforme despacho 483/2024/SEAO, de 16/12.

Ao nível das despesas (quadro seguinte), a execução global também foi de 100% face à dotação final. De salientar o facto de existir uma RCE (02.02.22.B0.00) que ficou com a dotação inferior aos pagamentos efetuados (-1,35 M€) em virtude de não ter sido possível, nem autorizada, a transferência da RCE 02.01.10.A0.00 que ficou com essa verba em excesso, já que se tratava de uma RCE excluída da gestão flexível, nos termos do art.º 8.º do DLEO 2024, sendo necessária a autorização do membro do Governo responsável pela área das Finanças para o efeito, pelo que a ULSCB apresentou pedido junto da ACSS no dia 27/03/2025 para o efeito. Como são RCE do mesmo agrupamento (02), no quadro resumo tal situação não transparece.

Código	Designação	F.F.	DOTAÇÃO INICIAL ANUAL (1)	DOTAÇÃO CORRIGIDA ANUAL (2)	Variação relativa da DOTAÇÃO (2)/(1)	Variação absoluta da DOTAÇÃO (2)-(1)	COMPRON. ASSUMIDOS (3)	TAXA EXECUÇÃO relativa (3/2)	PAGO do exercício (4)	PAGO de exercícios anteriores (5)	TOTAL PAGO (6)	TAXA EXECUÇÃO ANUAL (6/2)
DESPESAS												
<i>Despesas Correntes</i>			127.501.643	119.279.081	-6,45%	-8.222.562	119.279.081	100%	106.569.234	12.709.847	119.279.081	100%
01	Despesas com pessoal	511	63.478.781	58.845.971	-7,30%	-4.632.810	58.845.971	100%	57.113.755	1.732.216	58.845.971	100%
01	Despesas com pessoal	522	0	104.718		104.718	104.718	100%	104.718	0	104.718	100%
02	Aquisições de bens e serviços	511	63.094.897	54.920.381	-12,96%	-8.174.516	54.920.381	100%	43.963.574	10.956.807	54.920.381	100%
02	Aquisições de bens e serviços	513	552.365	318.716	-42,30%	-233.649	318.716	100%	298.853	19.863	318.716	100%
02	Aquisições de bens e serviços	541	98.766	98.590	-0,18%	-176	98.590	100%	98.590	0	98.590	100%
02	Aquisições de bens e serviços	721	0	4.733.862		4.733.862	4.733.862	100%	4.733.862	0	4.733.862	100%
03	Juros e outros encargos	511	0	247		247	247	100%	247	0	247	100%
03	Juros e outros encargos	513	81.878	60.106	-26,59%	-21.772	60.106	100%	60.106	0	60.106	100%
06	Outras despesas correntes	513	194.956	196.490	0,79%	1.534	196.490	100%	195.529	961	196.490	100%
<i>Despesas de Capital</i>			2.225.212	2.908.234	30,69%	683.022	2.908.234	100%	2.390.742	517.492	2.908.234	100%
07	Aquisição de bens de capital	432	66.537	0	-100%	-66.537	0	0%	0	0	0	0%
07	Aquisição de bens de capital	483	1.539.148	21.701	-98,59%	-1.517.447	21.701	100%	21.701	0	21.701	100%
07	Aquisição de bens de capital	511	166.064	930.993	460,62%	764.929	930.993	100%	561.699	369.294	930.993	100%
07	Aquisição de bens de capital	513	453.463	444.245	-2,03%	-9.218	444.245	100%	296.047	148.198	444.245	100%
07	Aquisição de bens de capital	721	0	611.295		611.295	611.295	100%	611.295	0	611.295	100%
09	Ativos financeiros	511	0	1.880		1.880	1.880	100%	1.880		1.880	100%
09	Ativos financeiros	521	0	429.312		429.312	429.312	100%	429.312	0	429.312	100%
09	Ativos financeiros	522	0	385.259		385.259	385.259	100%	385.259	0	385.259	100%
09	Ativos financeiros	724	0	161		161	161	100%	161	0	161	100%
16	Saldo da Gerência Anterior	368	0	8.446		8.446	8.446	100%	8.446	0	8.446	100%
16	Saldo da Gerência Anterior	488	0	74.942		74.942	74.942	100%	74.942	0	74.942	100%
Total Despesas			129.726.855	122.187.315	-5,81%	-7.539.540	122.187.315	100%	108.959.976	13.227.339	122.187.315	100%

Tal como se verificou nas receitas, também as despesas correntes sofreram uma redução que chegou aos 8,2 M€, com principal enfoque na FF 511 que diminuiu 12,8 M€.

Analisando agora as principais rubricas, o agrupamento 01 (despesas com pessoal) apresentou uma execução de 4,5 M€ abaixo da dotação inicial, por não se terem concretizado todas as entradas de pessoal previstas. De facto a dotação anual previa a contratação de 72 efetivos em 2024, para além de outras situações ao nível das chefias intermédias e mudanças de carreiras, que não se concretizaram na sua grande maioria.

Ao nível do agrupamento 02 (aquisições de bens e serviços), a dotação teve de ser ajustada em função do montante do financiamento do contrato-programa revisto pela ACSS, pelo que a dotação final sofreu um corte de 3,7 M€ que teria sido superior caso não tivesse existido o reforço de 4,7 M€ que se encontra registado na FF 721 (corresponde a parte da verba total de 5,3 M€ mencionada na análise à execução das receitas). Contudo, e como tem sido recorrente mencionar, o peso dos encargos de anos anteriores (29% no caso em concreto deste agrupamento em termos de compromissos, correspondendo a 17,6 M€) constitui uma limitação que impossibilita o cumprimento integral da LCPA, sendo um entrave ao nível da gestão corrente, obrigando à assunção de compromissos sem disponibilidade orçamental, única forma de conseguirmos manter em funcionamento a atividade assistencial da ULSCB, pelo que qualquer redução ao nível do financiamento trará efeitos negativos no que respeita a dívidas e pagamentos em atraso.

Quanto ao agrupamento 03, a execução também foi inferior em 21,5 mil€ à dotação inicial, com menos 16 mil€ em pagamentos face ao ano anterior. Os pagamentos neste agrupamento resultam essencialmente de pagamentos aos SPMS no âmbito do SITAM (Sistema de Informação de Taxas Moderadoras), tendo havido uma diminuição nesta gerência de cerca de 33 mil€ por apenas termos conseguido fazer um ciclo de recuperação no início do ano devido a problemas logísticos internos. A restante despesa prende-se essencialmente com correções a exercícios anteriores (pagamentos ao Instituto da Segurança Social relativos a meses anteriores).

No que respeita ao agrupamento 06, a taxa de execução também ficou muito próxima do previsto (+1,5 mil€), em parte devido ao pagamento de uma indemnização a um utente na sequência de uma decisão judicial (40 mil€), sendo a restante despesa relacionada com impostos (97,5 mil€) e taxas pagas à ERS (12,8 mil€), entre outras.

Passando à análise às despesas de capital, verifica-se que estas FF evidenciam uma execução superior à estimada em 683 mil€, essencialmente devido à verba relacionada com o reforço para regularização de passivos (FF 721) e à aplicação em CEDIC de 900 mil€ (agrupamentos 09 e 16).

Tal como já mencionado na análise às receitas, a FF 432 não teve qualquer execução, e a FF 483 relativa ao PRR teve uma diminuição de 98,59% (-1,5 M€). Tal não significa, porém, que não tenha havido

execução ao nível dos projetos do PRR. Tivemos foi de recorrer à verbas das FF 511, 513 e 721 para pagar os 839 mil€ que tivemos de regularizar nesta gerência.

De referir, por fim, que a existência de dívidas de anos anteriores absorveu cerca de 11% da dotação final do exercício (foi de quase 19% em 2023), o que causa sérios problemas ao nível da cabimentação dos processos de aquisição e no cumprimento da LCPA como já aqui referimos, já que os fundos disponíveis são insuficientes para a totalidade dos compromissos que prevemos assumir na gerência. Trata-se de uma questão recorrente nos últimos anos, embora tenha melhorado em 2024 atendendo à diminuição da dívida transitada do ano anterior (-6,7 M€ de dívida, por termos recebido 10,6 M€ de reforço em 2023 para pagamento de dívidas). Ainda assim, a dotação final, excluindo o efeito reforços, a verba para PVF em 2024, e os saldos de gerência, cresceu apenas 606 mil€, o que uma vez mais revela a importância que têm desempenhado os reforços para ajudar à diminuição da dívida.

Em termos homólogos, quadro infra, a execução reflete o acréscimo ao nível das dotações, nomeadamente devido ao pagamento dos produtos vendidos por farmácias (cerca de 12 M€). Ao nível dos compromissos, se excluíssemos os 12 M€ registados em PVF, estaríamos com uma redução de cerca de 3 M€ face a 2023, por existirem menos compromissos nos bens e serviços transitados (-6,7 M€), havendo também uma redução de 1,4 M€ nos bens de capital (em 2023 ainda tínhamos em curso o projeto de Remodelação do HAL).

Descrição	2023	2024	variação	%
Receitas				
- Liquidações	114.003.262	122.467.923	8.464.661	7,42%
- Cobrança	113.965.084	122.221.212	8.256.128	7,24%
Despesas				
- Compromissos	113.384.551	122.187.315	8.802.764	7,76%
- Pagamentos	113.384.551	122.187.315	8.802.764	7,76%

II – Execução Económica face ao Contrato-programa (proposta) e Análise à Evolução dos Gastos e Rendimentos Operacionais face ao período homólogo de 2023

A – Gastos e Perdas

Globalmente, a execução superou o referencial do período, chegando aos 102,53% (anexo I), correspondendo a encargos superiores em 3,4 M€ face ao orçamento anual.

Os desvios mais significativos verificaram-se nos gastos com pessoal (+2,97% / +1,7 M€), principalmente nas rubricas de subsídio de férias (+77,79% / +1,2 M€) e de trabalho extraordinário (+14,85% / +712 mil€),

nos fornecimentos e serviços externos (+1,62% / +814 mil€) onde os subcontratos tiveram um desvio de +2,07% (+589 mil€) e as deslocações, estadas e transportes de 12% (+462 mil€). Nos CMVMC, apesar do desvio ser inferior a 1% (+141 mil€), o material de consumo clínico com um desvio de 4,29% (+196 mil€), o consumo hoteleiro com +17,83% (+21 mil€) e o material de manutenção e conservação com +21,68% (+27 mil€), são as rubricas que mais contribuíram para as variações positivas verificadas.

Por fim, tivemos uma execução em outros gastos e perdas que levou ao desvio de +63,39% (+762 mil€) e, em sentido inverso, as provisões não foram além dos 14,42% de execução, traduzindo-se num desvio de -300 mil€.

Em termos homólogos (anexo II), o aumento total registado foi de 24,35% (+25,6 M€), destacando-se os fornecimentos e serviços externos (+57,63% / +18,6 M€), os gastos com pessoal (+8,6% / +4,8 M€) e os CMVMC (+20% / +2,5 M€).

Assim, no que respeita aos fornecimentos e serviços externos, 83% do aumento advém dos produtos vendidos por farmácias (PVF) cujo encargo passou a ser pago pelas ULS a partir de abril de 2024 (anteriormente era suportado pelas ARS), tal como a saúde oral (108 mil€). De referir que até novembro este encargo adicional foi integralmente financiado centralmente pela ACSS, passando posteriormente a ser descontado no duodécimo, conforme indicado no despacho n.º 11463-C/2024, de 27/09/2024, da Senhora Secretária de Estado da Gestão da Saúde.

Ainda em relação aos subcontratos, os desvios mais pronunciados aconteceram ao nível dos meios complementares de terapêutica (+19,14% / +1,2 M€), onde a hemodiálise cresceu 28,56% (+899 mil€) por ter aumentado em 44 o número de doentes em sessões, a saúde oral +108 mil€ como já mencionado, e a MFR (medicina física e reabilitação) +12,95% (+99 mil€).

No que concerne aos meios complementares de diagnóstico (+6,08% / +345 mil€), a patologia clínica cresceu 4,94% (+142 mil€), a imogiologia +9,28% (+113 mil€) com a ressonância magnética a aumentar 36,01% (+124 mil€), e a cardiologia subiu 24,27% (+106 mil€).

Quanto aos restantes fornecimentos e serviços, manteve-se a trajetória ascendente nos serviços especializados (+10,39% / +1,3 M€), com os serviços técnicos de recursos humanos médicos a crescerem 21,02% (+1,2 M€), essencialmente devido à forte incidência de serviços a que recorremos para mantermos em funcionamento diversas valências e serviços (urgência, anestesiologia, cirurgia, ginecologia/obstetrícia, medicina interna, ortopedia, MGF, entre outras), tal como acontece ao nível dos honorários médicos que também aumentaram 20,66% (+263 mil€). Tivemos ainda um acréscimo de 11,61% (+147 mil€) nos serviços de alimentação, e uma diminuição de 14,35% (-119 mil€) na vigilância e segurança.

De assinalar ainda o acréscimo em deslocações, estadas e transportes (+18,59% / +677 mil€), com os gastos em transportes de empresas de transporte de doentes a subirem 80,67% (+530 mil€) e com

bombeiros +8,38% (+164 mil€). Em energia e fluidos assistimos a uma redução de 11,8% (-238 mil€), em parte decorrente de um menor volume de créditos na eletricidade em 2024 (-65 mil€) e a um maior volume de acréscimos em 2023 (+112 mil€). Houve ainda um incremento de 11,5% (+79 mil€) nos combustíveis e de 25,6% (+31 mil€) no consumo de água.

De mencionar, por fim, o acréscimo de 13,88% (+187 mil€) em serviços diversos, impulsionado pelos gastos em limpeza, higiene e conforto (+19,34% / +147 mil€).

Quanto aos CMVMC, verificou-se uma variação global de 20% (+2,5 M€), com o acréscimo absoluto mais acentuado a incidir nos medicamentos (+16,87% / +1,1 M€), seguido dos gastos com material de consumo clínico que evidenciou um incremento de 24,26% (+930 mil€) devido, por exemplo, ao consumo de artigos cirúrgicos (+91,96% / +307 mil€) decorrente da introdução de um novo sistema deagrafagem para o bloco operatório, próteses (+24,71% / +254 mil€) e material de tratamento (+18,87% / +214 mil€), em linha com os aumentos de produção assistencial. Nos reagentes o aumento também foi significativo (+29,1% / +404 mil€), e nos restantes armazéns os principais destaques vão para o consumo hoteleiro (+31,74% / +34 mil€) e o material de manutenção e conservação (+22,16% / +27 mil€).

De referir que o ano de 2024 apresentou uma redução do impacto de medicamentos cedidos pela farmácia hospitalar em ambulatório hospitalar, com uma representatividade de 32% do valor total, enquanto o consumo extra ambulatório hospitalar (internamento, bloco, urgência, cuidados primários e outros serviços de apoio) representou a maior fatia no consumo.

As principais áreas clínicas onde existiu um maior aumento da despesa e impacto económico com medicamentos cedidos em ambulatório hospitalar foram:

- Oncologia (UAC, Hematologia e Urologia): aumento de 191 mil€, correspondente a +18,89%;
- Crohn e Colite Ulcerosa: aumento de 142 mil€, correspondente a +38,5% face ao período homólogo;
- Autoimunes (despacho 264/ 202): aumento de 75 mil€, correspondente a +7,03%;
- Dermatite Atópica: aumento de 70 mil€, correspondente a +108,83%.

Por sua vez, a área de ambulatório hospitalar com maior redução da despesa foi a área da psiquiatria:

- Despacho antipsicóticos: -283 mil€, redução de 67,72% (entrada de medicamento genérico);
- Amiloidose Cardíaca, Tafamidis – 44 mil€, redução de 108,8%.

Adicionalmente, o consumo com medicamentos e outros produtos farmacêuticos ao nível dos cuidados de saúde primários (CSP) tem sido crescente no último triénio, com um aumento de 11% no ano de 2024 face a 2023.

Os medicamentos de maior impacto económico nos CSP foram: vacinas (767 mil€), contraceptivos (71 mil€) e material de penso (162 mil€), com aumentos percentuais de 22,99%, 9,05% e 2,72%, respetivamente.

O centro de custo com maior impacto económico de consumo de medicamentos na ULSCB foi o Hospital de Dia Central (1,4 M€, com uma representatividade de 14% do consumo total), aumentando 36,91% face

a 2023. No Hospital de Dia Central são administradas terapêuticas de várias áreas clínicas, nomeadamente, Neurologia, Gastrenterologia e Dermatologia.

Com o objetivo de redução dos gastos em medicamentos foram adotadas, nos últimos anos, medidas de combate ao desperdício que consistem na vigilância do cumprimento dos protocolos e justificações clínicas com base no antibiograma, cujo acesso foi permitido aos serviços farmacêuticos; no cumprimento dos tempos terapêuticos com paragem automática entre o 7º e 10º dia se não for feita nova reavaliação pelo clínico; na obrigatoriedade de preenchimento de justificação clínica, para antibióticos de amplo espetro; na obrigatoriedade de antibiograma para medicamentos de reserva, especialmente para Linezolid (internamento e ambulatório), não ultrapassando o tempo de tratamento indicado no RCM.

Em relação aos restantes armazéns, continuaremos a monitorizar com rigor os consumos dos serviços tendo em vista a redução de desperdícios que ainda possam existir e substituindo, se possível, os artigos menos vantajosos economicamente. Iremos ainda alargar a um maior número de serviços os armazéns avançados e continuaremos a ajustar os níveis de reposição de stocks em função do consumo real.

Analisando de seguida os gastos com pessoal, a execução foi superior em 8,6% (+4,8 M€) ao ano de 2023, com as remunerações certas e permanentes a aumentarem 10,04% (+3,4 M€), devido às atualizações salariais, com a remuneração base a sofrer um incremento de 7,38% (+2 M€), o subsídio de férias 14,47% (+349 mil€) e o subsídio de Natal 12,79% (+290 mil€), e em suplementos e prémios temos os gastos com as novas USF e o CRI de saúde mental que representam um encargo adicional de cerca de 750 mil€.

Quanto aos abonos variáveis e eventuais, globalmente cresceram 5,2% (+557 mil€), com o subsídio de prevenção, trabalho noturno e de turno a ser o que apresentou maior crescimento (+14,6% / +313 mil€). Pelo que, e tal como seria de esperar face às restantes variações mencionadas, os encargos sobre remunerações aumentaram 9,1% (+925 mil€).

De salientar ainda o peso cada vez mais acentuado de prestadores de serviços para darmos cobertura aos serviços de urgência, consulta externa e outras áreas carenciadas de profissionais, conforme já referido na análise aos fornecimentos e serviços externos, atendendo à escassez de recursos médicos, à elevada taxa de absentismo por doença e parentalidade, bem como à elevada média de idades, com impacto em Serviços Técnicos de Recursos Humanos e Honorários (6,7 M€ pagos a prestadores médicos em 2024, correspondendo a 151.895 horas, contra os 5,2 M€ pagos no ano anterior referentes a 122.400 horas, isto é acréscimos de 28,43% nos valores pagos e de 24,1% em horas).

Por fim, no que respeita aos restantes encargos, apenas os outros gastos e perdas cresceram face ao ano anterior (+62,34% / +754 mil€), devido à regularização das existências de material (próteses) que se encontrava à consignação (cerca de 784 mil€), bem como ao pagamento de uma indemnização a um utente na sequência de uma decisão judicial (40 mil€).

Nos gastos de depreciação e de amortização verificou-se um decréscimo assinalável que se fixou nos -18,32% (-518 mil€), havendo ainda uma redução acentuada em provisões (-87,08% / -340mil€) e perdas por imparidade (-42,59% / -147 mil€).

Passando à análise à evolução dos gastos operacionais, conforme estipulado no n.º 8 do art.º 134.º do DL 17/2024, de 29 de janeiro - DLEO, verificam-se as seguintes variações no período em análise:

Evolução dos Gastos Operacionais	4T 2024 Exec.	4T 2023 Exec.	Variação 2024/2023	
			Absol.	%
(1) Custo com Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas	15.120.540 €	12.600.915 €	2.519.625 €	20,00%
(2) Fornecimentos e Serviços Externos corrigidos dos efeitos da crise geopolítica	50.909.719 €	32.297.167 €	18.612.552 €	57,63%
- Efeito da crise geopolítica (energia, combustíveis, ...)	- €	- €	- €	
(3) Gastos com o pessoal corrigidos dos encargos i), ii), iii) e iv)	55.343.253 €	50.647.935 €	4.695.318 €	9,27%
(i) Impacto do cumprimento de obrigações legais / orientações acionista	0 €	0 €	0 €	
(ii) Valorizações remuneratórias obrigatórias	4.616.650 €	4.863.600 €	-246.950 €	-5,08%
(iii) Efeito do absentismo ou indemnizações por rescisão contratual (exceto por mútuo acordo)	- €	- €	- €	
(iv) Impacto da aplicação do disposto no artigo 21.º da Lei n.º 42/2016, de 29 de dezembro	327.436 €	- €	327.436 €	
Gastos com Deslocações (FSE)	41.027 €	39.441 €	1.586 €	4,02%
Gastos com Ajudas de custo e Alojamento	96.675 €	77.607 €	19.068 €	24,57%
Gastos associados à frota automóvel	248.837 €	221.370 €	27.467 €	12,41%
Encargos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria (*)	784.060 €	1.053.377 €	-269.317 €	-25,57%
Total Gastos Operacionais (1)+(2)+(3)	121.373.512 €	95.546.017 €	25.827.495 €	27,03%
Volume de Negócios (Vendas e Prestações de Serviços)	115.827.260 €	93.605.688 €	22.221.572 €	23,74%
Rácio Total Gastos Operacionais / Volume de Negócios	104,79%	102,07%		
Número Total de RH (OS + CD +Trabalhadores)	1442	1440	2	0,14%
N.º Órgãos Sociais (OS)	7	8	-1	-12,50%
N.º Cargos de Direção (CD)	1	1	0	0,00%
N.º Trabalhadores (sem OS e sem CD)	1434	1431	3	0,21%
N.º Trabalhadores/N.º CD	1435	1428	7	0,49%
N.º de viaturas	47	47	0	0,00%

(*) rubricas 62211+62212+62213+62214

- Aumento dos gastos com pessoal corrigidos (+9,27% / +4,7 M€), pelos motivos anteriormente expostos;
- Quanto aos encargos com deslocações, ajudas de custo e frota automóvel, globalmente apresentam um aumento de 14,22% (+48 mil€), sendo mais elevados, em termos relativos, nas ajudas de custo e, em termos absolutos, nas viaturas onde os encargos com amortizações cresceram 234,62% (+21 mil€) devido à aquisição de viaturas elétricas no âmbito do PRR, bem como em conservação e reparação, que teve um incremento de 18,92% (+9 mil€), e nos combustíveis (+3,91% / +5 mil€);
- Quanto à contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria, verifica-se uma redução de 15,4% (-139 mil€) que decorre do facto de em 2023 ainda terem existido encargos de fiscalização da obra da Remodelação do HAL, por exemplo, para além de gastos superiores em projetos informáticos.

B – Rendimentos e Ganhos

Confrontada com o referencial teórico do período (anexo III), a execução ficou 1,76% acima do estimado, o que se traduziu num desvio de 2 M€.

Em termos de execução do Contrato-programa, considerando todas as rubricas que compõem o mesmo, a execução face à dotação anual foi de 100%.

Em relação às taxas moderadoras, a execução foi inferior ao previsto (-33,77% / -232 mil€), justificando-se pelo facto de apenas termos realizado um ciclo de recuperação de taxas em dívida através do SITAM no final do ano devido a problemas logísticos internos.

Em termos homólogos (anexo IV), os rendimentos evidenciam um acréscimo de 25,2% (+23,9 M€), com as prestações relacionadas com o Contrato-programa a registarem um aumento de 24,33% (+22,4 M€) face ao período homólogo de 2023, considerando todas as prestações (incentivos, valor capitacional e internos), resultando esse incremento do financiamento adicional recebido para fazer face aos encargos com PVF e Saúde Oral, ao reforço de 1,8 M€ de modo a atenuar a redução do adiantamento de dezembro de 2024, e cerca de 5 M€ de acréscimo efetivo face ao montante atribuído no ano anterior.

Quanto às taxas moderadoras, apesar dos constrangimentos acima indicados, a execução, face a 2023, acabou por aumentar 2,99% (+13 mil€), invertendo assim a tendência ainda verificada no terceiro trimestre, resultando dos efeitos positivos do ciclo de recuperação de taxas em dívida que impactou neste último trimestre. Contudo, apesar da tentativa de maximizar a cobrança, quer presencialmente no momento do atendimento, quer através do envio de avisos com alguma regularidade, a dispensa de pagamento de taxas a nível hospitalar (sendo apenas cobradas nos episódios de urgência¹ caso não haja referenciação ou internamento) desde junho de 2022, que se seguiu ao já ocorrido ao nível dos cuidados de saúde primários em 2020 e 2021, veio reduzir consideravelmente os rendimentos provenientes desta fonte de financiamento.

De assinalar ainda a redução ao nível da faturação a outras entidades responsáveis (-37,14% / -245 mil€), o que acentua ainda mais a nossa forte dependência do financiamento que advém do Contrato-programa, já que não temos outras fontes de rendimentos para além de alguns projetos cofinanciados, mas que obrigam sempre a um esforço de tesouraria adicional visto não serem financiados a 100%.

III – Recursos Humanos

No 4º Semestre de 2024 mantiveram-se os constrangimentos relativos à necessária concessão de maior autonomia aos Conselhos de Administração. Esta concessão de maior autonomia iria contribuir e dinamizar maior e melhor agilização e gestão dos procedimentos concursais, o que implicaria que a gestão se colocasse muito mais próxima da realidade, da efetividade e da celeridade. Ora, o que se assiste é que,

¹ Em 2024, o número de episódios isentos aumentou cerca de 5,9% na urgência hospitalar

os Conselhos de Administração com uma autonomia muito limitada na área de recursos humanos, apenas podem permitir a substituição transitória de trabalhadores ausentes por longa duração e a substituição por cessação definitiva de contratos, que por si só não resolve a escassez de recursos, nem permite efetuar uma verdadeira gestão.

A falta de autonomia para abertura de procedimentos concursais para admissão de novos trabalhadores e as limitações na contratação tem implicado um desfasamento significativo entre a realidade objetiva e o mapa de pessoal aprovado, já que embora existindo lugares vagos, os mesmos não podem ser totalmente preenchidos de acordo com as necessidades sentidas, a que acresce na área médica a falta de colocação de profissionais médicos e a promoção na carreira de muitos dos existentes.

Adicionalmente, a modernização da instituição, a reestruturação e ampliação de muitos serviços, a digitalização e o absentismo obrigam e requerem não só a contratação de um maior número de profissionais de acordo com as vagas existentes no mapa de pessoal, mas também, a agilização e celeridade nos respetivos procedimentos.

Esta realidade obriga a um esforço adicional por parte dos recursos humanos existentes, ficando sujeitos a um maior stress, fruto do acréscimo de trabalho e da necessária mobilidade entre serviços alocados em diferentes edifícios e unidades, alguns deles fora das instalações principais da ULSCB e ainda a que, nas áreas de apoio e suporte, se tenha de recorrer a trabalhadores da carreira de assistente operacional para exercício de funções de assistente técnico, situação que manifestamente é injusta, despropositada e que não deveria ocorrer face à legislação laboral em vigor, bem como a trabalhadores inscritos no IEFP – CEI. É, pois, significativa a carência de recursos humanos para garantir a funcionalidade da estrutura que compõe a ULSCB.

A idade média geral dos recursos humanos vinculados ao mapa de pessoal da ULSCB mantém-se estabilizada nos 48 anos, sem crescimento ou diminuição significativos. A idade média em alguns grupos profissionais é a seguinte: Assistente Operacional – 51,7 anos; TAS – 51,2 anos; Assistente Técnico – 51,7 anos; Enfermagem – 46,6 anos (sendo que no universo de enfermeiros, 144 têm idade igual ou superior a 55 anos e com uma média de idades de 59,7 anos); Pessoal Médico – 45,1 anos, sendo que se não forem contabilizados os médicos do internato médico a idade sobe para os 50,4 anos, considerando que do total, 43 médicos (sem contabilizar os médicos contratados aposentados) têm idade igual ou superior aos 55 anos e nestes, a média é de 63,6 anos, o que representa uma instituição com um mapa de recursos humanos envelhecidos (não contabilizados os trabalhadores vinculados mas que exercem funções fora da ULSCB).

Mapa comparativo de evolução dos Recursos Humanos da ULSCB do 4º Trimestre de 2023/2024

SRH		MAPA DE PESSOAL GERAL ABSOLUTO DA ULSCB						4º. TRIM			
TOTAL GERAL 2023				TOTAL GERAL 2024			TOTAL GERAL # 2023 / 2024			# 24 / 24	# 24 / 24
Carreira/Categoria	outubro	novembro	dezembro	outubro	novembro	dezembro	outubro	novembro	dezembro	out/dez	nov/dez
Conselho Administração (*)	3	3	3	2	3	3	-1	0	0	1	0
Administrador Hospitalar	1	1	1	1	1	1	0	0	0	0	0
Méd. Especialistas	144	140	140	136	137	137	-8	-3	-3	1	0
Méd. Grau Especialista	1	1	1	1	1	1	0	0	0	0	0
Méd. IIM - Formação Especif.	42	42	39	45	44	44	3	2	5	-1	0
Méd. IIM - Formação Geral	17	17	17	9	9	9	-8	-8	-8	0	0
Téc. Superior Saúde	16	16	16	17	17	17	1	1	1	0	0
Téc. Superior	33	34	34	34	33	33	1	-1	-1	-1	0
Enfermagem	529	529	530	535	535	536	6	6	6	1	1
TSOT	104	104	106	104	104	108	0	0	2	4	4
Informática	10	11	11	11	11	11	1	0	0	0	0
Docente	1	1	1	1	1	1	0	0	0	0	0
Assistente Técnico	189	188	187	173	187	187	-16	-1	0	14	0
TAS				246	243	245				-1	2
Assistente Operacional	348	346	342	90	91	98				8	7
TOTAL - Efetividade funções	1438	1433	1428	1405	1417	1431	-33	-16	3	26	14
Pessoal fora da ULSCB	19	18	18	19	18	18	0	0	0	-1	0
Pessoal Dentro de Out. Inst. (*)	16	13	9	9	9	9	-7	-4	0	0	0
TOTAL GERAL ULSCB	1473	1464	1455	1433	1444	1458	-40	-20	3	25	14

** - A carreira TAS foi criada em 2024 por desdobramento da carreira de assistente operacional cuja aplicação efetiva de transição apenas ocorreu em outubro, pelo que não pode haver comparação com o ano de 2023.

Mapa comparativo mensal de evolução dos Recursos Humanos da ULSCB de dezembro 2023/janeiro 2024 para dezembro de 2024

SRH	MAPA DE PESSOAL GERAL ABSOLUTO DA ULSCB														TOTAL ANUAL 2024	
TOTAL GERAL 2024																2024
Carreira/Categoria	dez/23	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	2024	2024	
Conselho Administração (*)	5	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	3	3	1	1	
Administrador Hospitalar	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0	
Méd. Especialistas	140	138	137	137	137	137	138	130	130	135	136	137	137	0	-1	
Méd. Grau Especialista	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0	
Méd. IIM - Formação Especif.	39	47	46	46	46	46	45	45	45	45	45	44	44	-3	-3	
Méd. IIM - Formação Geral	17	9	9	9	9	9	9	9	9	9	9	9	9	0	0	
Téc. Superior Saúde	16	17	17	17	17	17	17	17	17	17	17	17	17	0	0	
Téc. Superior	34	33	32	33	32	32	32	32	33	33	34	33	33	0	0	
Enfermagem	530	528	531	537	536	535	535	536	533	534	535	535	536	1	0	
Téc. Diag. Terapêutica	106	105	104	103	103	103	103	104	104	104	104	104	104	4	3	
Informática	11	11	11	11	11	11	11	11	11	11	11	11	11	0	0	
Educadora Infantil	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0	
Assistente Técnico	187	183	184	184	181	178	177	175	174	174	173	187	187	0	4	
TAS/assist.Operacional	342	339	339	339	337	337	335	335	334	336	336	334	343	9	4	
TOTAL - Efetividade funções	1430	1415	1415	1421	1413	1410	1407	1405	1401	1403	1405	1417	1431	14	15	
Pessoal Dentro de Out. Inst. (*)	7	7	8	9	9	9	9	9	9	9	9	9	9	0	2	
TOTAL GERAL ULSCB	1437	1422	1423	1430	1422	1419	1416	1414	1410	1412	1414	1426	1440	14	18	
Pessoal fora da ULSCB	18	17	21	21	21	20	21	22	22	20	19	18	18	0	1	
TOTAL GERAL ULSCB	1455	1439	1444	1451	1443	1439	1437	1436	1432	1432	1433	1444	1458	14	19	

Conforme mapa seguinte identificado, em praticamente todos os grupos profissionais verifica-se uma taxa de absentismo que com o envelhecimento do mapa de pessoal tem propensão de subida, devido a todas as inerências que tal condição naturalmente impõe, determinando longos períodos de afastamento do serviço, ausências por licenças devido ao usufruto de direitos sociais e familiares, ausências por doença, aumento das situações de incapacidade parcial ou fixação de limitação para o trabalho, indicação para a realização de trabalhos moderados por avaliação do serviço de medicina do trabalho e, fruto de direitos consagrados nas respetivas carreiras, a existência de horários de trabalho com referência a carga horária semanal normal, representando na prática o cumprimento de carga horária mais reduzida.

Mapa 4º trimestre de 2024

(4º TRIMESTRE)																			
PESSOAL ACTIVO E EM EFETIVAÇÃO DE FUNÇÕES NA ULSCB EM 30.12.2024 - 1.440 trabalhadores																			
01.10.2024 a 31.12.2024 - Dias Úteis																			
GRUPOS PROFissionais	PESSOAL ACTIVO	Dias Trab. Obrigat.	CASAMEN TO (1)	PARENTALID ADE (2)	FALECIMEN TO FAMILIAR (3)	DOENÇA (4)	ACIDENTE TRABALH O (5)	ASSIST. FAMILIA R (6)	TRAB. ESTUDIAN TE (7)	RESERVA DE CONTINGEN CIA (8)	GREVE (9)	JUSTIFICA DAS (10)	ALZ. SINDICAL (11)	COM GRATUITA / FORMAÇÃO (12)	OUTRAS (13)	TOTALS DIAS AUSÊNCIAS (14)	Média Faltas		% TOTAL FALTAS ULSCB
																	MÉDIA DIAS CAUSADOS	MÉDIA S. TOTAL TRAB. ULSCB	
Pessoal Médico (Inclui Internos)	191	43.357		171	10	92		39	2					779	3	1.116	5,84	0,78	18,16%
Técnico Superior de Saúde	17	3.859				1		17			37			38	1	94	5,53	0,07	1,53%
Pessoal de Enfermagem	537	121.899	4	643	38	824		191	80		28			134	87	2.827	3,77	1,41	32,39%
TSDU	109	24.743		102	12	218		88	26		100			17	8	685	5,55	0,42	9,85%
Pessoal de Informática	11	2.497		25		9		3			2		90			129	11,73	0,09	2,10%
Pessoal Docente	1	227														8	8,00	0,00	0,00%
Pessoal Dirigente (Inclui o Adj. Resp.)	6	1.362														8	8,00	0,00	0,00%
Assistente Técnico	189	42.903	9		21	375	15	41	14		82			5	94	636	3,37	0,44	10,35%
Assistente Operacional	96	22.246		24	11	214	5	58			29				4	345	3,52	0,24	5,61%
Técnico Auxiliar de Saúde	245	55.615		1	27	586		81	3		152		11	7	33	980	3,97	0,83	14,65%
Técnico Superior (RG)	36	8.172		87	5	155		33			3			10		293	8,14	0,20	4,77%
TOTALS	1.440	326.888	13	1.853	124	2.471	28	549	125	8	471	8	181	998	228	6.145	4,27	4,27	100,00%
MÉDIA DA SITUAÇÃO (14)			0,01	0,73	0,09	1,72	0,01	0,38	0,09	0,00	0,33	0,00	0,17	0,09	0,16	4,27			
Média % (229 dias de Trab. em 2024)		326.888	0,00	0,32	0,04	0,76	0,01	0,17	0,04	0,00	0,14	0,00	0,03	0,30	0,07	1,88	Absentismo		

(1) Outras = Doação de sangue, Juris. Serv. oficiais, Cumprimento de obrigações, Mesas eleitorais, Compensação serviço de urgência, Covid 19, Exames Int. Médico, Dispensas e efeitos remuneratórios

(14) Não contabilizados os trabalhadores do mapa de pessoal que exercem funções fora da ULSCB

É possível constatar no mapa, que o índice de absentismo no 4.º Trimestre de 2024 se situou no geral e em média em 4,27 dias de ausência ao trabalho por cada trabalhador, e que o total de ausências sobre os dias de trabalho obrigatórios representa em média um absentismo de 1,88%.

IV – Evolução da Dívida e dos Pagamentos em Atraso

- A dívida total em 31/12/2024 fixou-se nos 28,3 M€. Esta dívida está 8,8 M€ acima da verificada em 31/12/2023 (era de 19,5 M€), justificando-se em parte pelo facto de o encargo com as farmácias não existir no ano anterior, pelo que teremos de ter essa situação sempre presente em qualquer tipo de análise comparativa, para além de este aumento de dívida ser sempre temporário, atendendo aos prazos de pagamento acordados entre o MS e a ANF. Assim, a dívida total inclui cerca de 3,5 M€ de faturação de novembro e dezembro de PVF, para além de 1,8 M€ de encargos/contribuições relativas a gastos com pessoal a pagar em janeiro de 2025. Pelo que, excluindo o valor das farmácias, a dívida terá aumentado cerca de 5,3 M€.
- Apesar do acerto registado em dezembro relacionado com adiantamento do CP, com a entrada em vigor das normas previstas no despacho n.º 11463-C/2024 já mencionado, originando uma dedução de cerca de 6 M€ (já inclui o montante retido para pagamento centralizado de PVF), foi feito um adiantamento adicional de 1,8 M€ de modo a atenuar a redução do adiantamento de dezembro de 2024, o que nos permitiu assegurar o pagamento integral dos encargos/contribuições com o IRS, CGA e Segurança Social que eram devidos em dezembro.
- Apesar do aumento da dívida, o prazo médio de pagamento (PMP) a fornecedores diminuiu 45 dias face a dezembro de 2023, fixando-se nos 72 dias no final do período.
- Adicionalmente de referir a situação da dívida a entidades do SNS (8 M€) e, dentro destas, 5,6 M€ respeitam à ARS Centro, correspondendo a faturação recebida e processada em finais de 2012 e início de 2013 e que se reporta a reembolsos relacionados com encargos com MCDT (4,6 M€) e vencimentos (1 M€) assumidos por essa entidade na fase de transição/criação da ULSCB, entre janeiro de 2010 e fevereiro de 2011. Parte desta dívida (4,6 M€) já poderia ter sido anulada pela ARS do Centro, com intermediação da ACSS, nos termos do despacho do SES de 25/06/2015, mas até à data não foi dado seguimento ao aludido despacho. Com a extinção das ARS, ainda não sabemos como ficará esta questão.
- Assim, o impulso em termos de financiamento no mês de dezembro, no montante de 5,3 M€ para regularização de passivos, a par do reforço de 1,8 M€ que permitiu atenuar a redução do adiantamento de dezembro de 2024, possibilitou o pagamento da faturação em dívida a fornecedores externos registada à data do reporte de novembro, e com data de emissão até 21/08/2024, e de obrigações fiscais e contributivas. Contudo, este reforço foi substancialmente inferior ao recebido no ano de 2023 (14,9 M€, dos quais 4,3 M€ para despesas com pessoal, 4,5 M€ para regularização de dívidas de empresas que tivessem recorrido ao factoring e mais 6,1 M€ para regularização de dívidas para os demais fornecedores), o que nos permitiu reduzir a dívida a fornecedores externos em 31/12/2023 para os 10,67 M€ (em 2024 subiu para os 18,5 M€).

- Portanto este acréscimo da dívida, que em parte (3,5 M€) se deve aos PVF, terá de ser objeto de um reforço adicional do adiantamento do CP no ano de 2025, por forma a conter o aumento da dívida.
- Quanto ao PMR (prazo médio de recebimento), apresenta uma ligeira redução (-5 dias) que decorre essencialmente do facto das prestações de serviços terem aumentado 22,2 M€.

Período: janeiro a dezembro u.m.: euro

	2023	2024	variação	
			absoluta	%
Dívida Total	19.532.643	28.328.560	8.795.917	45,03%
Dívida vincenda	7.292.108	13.519.343	6.227.235	85,40%
Dívida vencida	12.240.535	14.809.217	2.568.682	20,99%
Pagamentos em atraso	7.789.442	8.390.354	600.912	7,71%
PMP ponderado (dias)	117	72	-45	-38,46%
PMR (dias)	29	24	-5	-15,53%

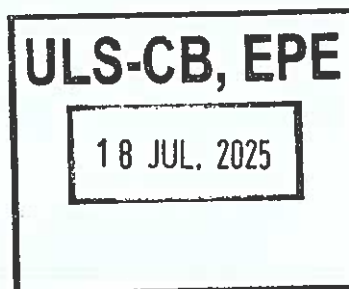
Nota: PMR de 2023 corrigido

CONSIDERAÇÕES FINAIS

- No final deste período, verificou-se um aumento da dívida em comparação com o ano transato, devido essencialmente aos acréscimos da despesa resultantes dos gastos com PVF (+15,4 M€), despesas com pessoal (+4,8 M€) e CMVMC (+2,5 M€).
- Esse aumento dos gastos foi em parte compensado pelo reforço do financiamento do CP (+22,4 M€, mas diminuindo para os 7 M€ se excluirmos as farmácias), contudo insuficiente para impedir que a dívida total crescesse 8,8 M€ e os pagamentos em atraso +601 mil€.
- Para o ano de 2025, a dotação máxima do CP cresce cerca de 6,6 M€, já incluindo a importância necessária para pagamento às Farmácias de oficina no primeiro trimestre (no ano em análise esse período ainda foi encargo das ARS, como já indicado anteriormente), pelo que, excluindo essa verba (cerca de 5,3 M€), na prática o CP apenas irá crescer 1,3 M€, o que se afigura bastante insuficiente até para cobrir os acréscimos salariais.
- Esta realidade fará com que a dívida continue a crescer, principalmente nos períodos coincidentes com o pagamento de subsídios e respetivos encargos/retenções devido à diminuição da liquidez disponível para pagamentos a fornecedores que acontece nesses meses.
- Adicionalmente, a priorização e a centralização do pagamento dos encargos conferidos pelo CCMSNS relacionados com entidades convencionadas das áreas de PVF, MCDT, CRD, Hemodiálise, SISO e tratamentos termais, e cujo pagamento ocorre entre 40 e 45 dias após a data de emissão da fatura, quando por ex. o SPC era pago anteriormente a 90 dias, também nos irá retirar liquidez para

pagamentos mais antigos, contribuindo dessa forma para o crescimento dos pagamentos em atraso, caso o financiamento não seja reforçado.

Castelo Branco, 27 de junho de 2025



O Conselho de Administração

Four handwritten signatures in blue ink, each written over a horizontal line. The signatures are stylized and appear to be of different individuals. The first signature is at the top, followed by three more below it.

Anexo I – Gastos e Perdas

u.m.: euro

Mapa de Controlo do Orçamento Económico (Gastos)

31/12/2024

Código	Designação	ORÇAMENTO ANUAL (1)	PROCESS. EM 31/12/2024 (2)	VARIAÇÃO ABSOLUTA (2) - (1)	VARIAÇÃO RELATIVA (2) - (1)	EXECUÇÃO (2) / (1) em %
61	CUSTO MERC.VEND. E MAT.CONS.:					
61241	Produtos farmacêuticos	10.060.877	9.963.163	-97.714	-0,97%	99,03%
612411	Medicamentos	8.189.404	8.118.763	-70.641	-0,86%	99,14%
612412/19	Reagentes /Out. prod. farmacêuticos	1.871.473	1.844.400	-27.073	-1,45%	98,55%
61242	Material de consumo clínico	4.565.771	4.761.729	195.958	4,29%	104,29%
6126	Alimentação - géneros por confeccionar	585	641	56	9,65%	109,65%
61243	Material consumo hoteleiro	119.103	140.333	21.230	17,83%	117,83%
61244	Material consumo administrativo	110.627	105.929	-4.698	-4,25%	95,75%
61245	Material manutenção/conservação	122.244	148.745	26.501	21,68%	121,68%
61249	Outro material de consumo	0	0	0		
	Total da conta 61	14.979.207	15.120.540	141.333	0,94%	100,94%
62	FORN. E SERVIÇOS EXTERNOS:					
621	Subcontratos e concessões de serviços	28.477.576	29.066.862	589.286	2,07%	102,07%
62111	Meios complementares diagnóstico	5.777.855	6.012.323	234.468	4,06%	104,06%
62112	Meios complementares terapêutica	6.532.328	7.172.494	640.166	9,80%	109,80%
62113	Produtos vendidos p/farmácias	15.422.216	15.472.922	50.706	0,33%	100,33%
62114	Produtos Fornecidos por Farmácias Hospitalares	45.596	8.639	-36.957	-81,05%	18,95%
62115	Internamentos	354.406	222.825	-131.581	-37,13%	62,87%
62116	Contratos e Acordos	0	0	0		
62119	Outros subcontratos	345.175	177.659	-167.516	-48,53%	51,47%
622	Serviços especializados	14.245.891	14.194.187	-51.704	-0,36%	99,64%
623	Materiais de consumo	43.242	23.144	-20.098	-46,48%	53,52%
624	Energia e fluidos	2.093.137	1.777.432	-315.705	-15,08%	84,92%
625	Deslocações, esladas e transportes	3.853.581	4.315.905	462.324	12,00%	112,00%
626	Serviços diversos	1.382.565	1.532.189	149.624	10,82%	110,82%
	Total da conta 62	50.095.992	50.909.719	813.727	1,62%	101,62%
63	GASTOS COM O PESSOAL					
630	Remunerações dos titulares de órgãos de soberania e membros de órgãos autárquicos	0	122	122		
631	Remunerações órgãos sociais e de gestão	332.260	310.590	-21.670	-6,52%	93,48%
632	Remunerações do pessoal	46.510.937	48.447.550	1.936.613	4,16%	104,16%
6321	Remunerações certas e permanentes	35.689.437	37.185.558.93	1.496.122	4,19%	104,19%
63211	Remuneração base	29.058.391	29.276.249	217.858	0,75%	100,75%
63212	Subsídio de férias	1.553.304	2.761.558	1.208.254	77,79%	177,79%
63213	Subsídio de Natal	2.707.114	2.560.260	-146.854	-5,42%	94,58%
63215	Subsídio de refeição	1.853.532	1.803.947	-49.585	-2,68%	97,32%
6321xx	Outros	517.096	783.544	266.448	51,53%	151,53%
6322	Abonos variáveis e eventuais	10.821.500	11.261.991	440.491	4,07%	104,07%
632204	Trabalho extraordinário	4.794.107	5.506.103	711.996	14,85%	114,85%
632207	Subs. de prevenção, trab. noturno e de turno	2.226.880	2.453.462	226.582	10,17%	110,17%
6322xxx	Outros	3.800.513	3.302.426	-498.087	-13,11%	86,89%
633	Benefícios pós-emprego	1.967	10.555	8.588	436,61%	536,61%
634	Indemnizações	1	0	-1	-100,00%	0,00%
635	Encargos sobre remunerações	11.281.137	11.085.896	-195.241	-1,73%	98,27%
636	Acidentes de trab. e doenças profissionais	192.470	198.201	5.731	2,98%	102,98%
637	Gastos de ação social	0	0	0		
638	Outros gastos com pessoal	42.470	40.394	-2.076	-4,89%	95,11%
639	Outros encargos sociais	184.453	194.031	9.578	5,19%	105,19%
	Total da conta 63	58.545.695	60.287.338	1.741.521	2,97%	102,97%
60	Transferências e subsídios concedidos	0	0	0		
64	Gastos de depreciação e de amortização	2.136.369	2.307.904	171.535	8,03%	108,03%
65	Perdas por imparidade	320.000	198.441	-121.559	-37,99%	62,01%
67	Provisões do período	350.000	50.484	-299.516	-85,58%	14,42%
68	Outros gastos e perdas	1.202.226	1.964.359	762.133	63,39%	163,39%
69	Gastos e perdas por juros e outros encargos	40.672	62.539	21.867	53,76%	153,76%
	TOTAL GERAL	127.670.161	130.901.324	3.352.600	2,53%	102,53%

Anexo II – Variação Gastos e Perdas**Mapa comparativo da Execução (Gastos)**

31/12/2024

Código	Designação	PROCESS. EM 31/12/2023 (1)	PROCESS. EM 31/12/2024 (2)	VARIAÇÃO ABSOLUTA (2) - (1)	VARIAÇÃO RELATIVA (2) - (1)
61	CUSTO MERC.VEND. E MAT.CONSUMO:				
61241	Produtos farmacêuticos	8.436.255	9.963.163	1.526.908	18,10%
612411	Medicamentos	6.947.062	8.118.763	1.171.702	16,87%
612412/19	Reagentes /Out. prod. farmacêuticos	1.489.193	1.844.400	355.207	23,85%
61242	Material de consumo clínico	3.832.031	4.761.729	929.698	24,26%
6126	Alimentação - géneros por confeccionar	797	641	-155	-19,49%
61243	Material consumo hoteleiro	106.526	140.333	33.807	31,74%
61244	Material consumo administrativo	103.547	105.929	2.382	2,30%
61245	Material manutenção/conservação	121.760	148.745	26.985	22,16%
61249	Outro material de consumo	0	0	0	
	Total da conta 61	12.600.915	15.120.540	2.519.625	20,00%
62	FORN. E SERVIÇOS EXTERNOS:				
621	Subcontratos e concessões de serviços	12.397.084	29.066.862	16.669.778	134,47%
62111	Meios complementares diagnóstico	5.667.869	6.012.323	344.454	6,08%
62112	Meios complementares terapêutica	6.020.358	7.172.494	1.152.136	19,14%
62113	Produtos vendidos p/farmácias	0	15.472.922	15.472.922	
62114	Produtos Fornecidos por Farmácias Hospitalares	45.596	8.639	-36.956	-81,05%
62115	Internamentos	318.087	222.825	-95.262	-29,95%
62116	Contratos e Acordos	0	0	0	
62119	Outros subcontratos	345.174	177.659	-167.515	-48,53%
622	Serviços especializados	12.858.478	14.194.187	1.335.709	10,39%
623	Materiais de consumo	41.449	23.144	-18.305	-44,16%
624	Energia e fluidos	2.015.316	1.777.432	-237.884	-11,80%
625	Deslocações, estadas e transportes	3.639.361	4.315.905	676.544	18,59%
626	Serviços diversos	1.345.479	1.532.189	186.710	13,88%
	Total da conta 62	32.297.167	50.909.719	18.612.552	57,63%
63	GASTOS COM O PESSOAL				
630	Remunerações dos titulares de órgãos de soberania e membros de órgãos autárquicos	0	122	122	
631	Remunerações órgãos sociais e de gestão	394.026	310.590	-83.435	-21,18%
632	Remunerações do pessoal	44.497.747	48.447.550	3.949.803	8,88%
6321	Remunerações certas e permanentes	33.792.465	37.185.559	3.393.094	10,04%
63211	Remuneração base	27.265.280	29.276.249	2.010.969	7,38%
63212	Subsídio de férias	2.412.453	2.761.558	349.105	14,47%
63213	Subsídio de Natal	2.269.913	2.560.260	290.347	12,79%
63215	Subsídio de refeição	1.810.725	1.803.947	-6.778	-0,37%
6321xx	Outros	34.094	783.544	749.450	2198,17%
6322	Abonos variáveis e eventuais	10.705.282	11.261.991	556.709	5,20%
632204	Trabalho extraordinário	5.327.123	5.506.103	178.980	3,36%
632207	Subs. de prevenção, trab. noturno e de turno	2.140.887	2.453.462	312.575	14,60%
6322xxx	Outros	3.237.272	3.302.426	65.154	2,01%
633	Benefícios pós-emprego	1.558	10.555	8.997	577,54%
634	Indemnizações	773	0	-773	-100,00%
635	Encargos sobre remunerações	10.161.180	11.085.896	924.715	9,10%
636	Acidentes de trab. e doenças profissionais	193.452	198.201	4.749	2,45%
637	Gastos de ação social	2.763	0	-2.763	-100,00%
638	Outros gastos com pessoal	36.312	40.394	4.082	11,24%
639	Outros encargos sociais	223.725	194.031	-29.694	-13,27%
	Total da conta 63	55.511.535	60.287.338	4.775.803	8,60%
60	Transferências e subsídios concedidos	0	0	0	
64	Gastos de depreciação e de amortização	2.825.621	2.307.904	-517.717	-18,32%
65	Perdas por imparidade	345.675	198.441	-147.234	-42,59%
67	Provisões do período	390.726	50.484	-340.241	-87,08%
68	Outros gastos e perdas	1.210.034	1.964.359	754.324	62,34%
69	Gastos e perdas por juros e outros encargos	87.270	62.539	-24.731	-28,34%
	TOTAL GERAL	105.268.944	130.901.324	25.632.380	24,35%

Anexo III – Rendimentos e Ganhos

Mapa de Controlo do Orçamento Económico (Rendimentos)

31/12/2024

Código	Designação	ORÇAMENTO ANUAL (1)	PROCESS. EM 31/12/2024(2)	VARIAÇÃO ABSOLUTA (2) - (1)	VARIAÇÃO RELATIVA (2) - (1)	EXECUÇÃO (2) / (1) em %
70	Impostos, contribuições e taxas					
704108	Taxas moderadoras	685.991	454.335	-231.656	-33,77%	66,23%
7041xx	Outras taxas	29.751	26.603	-3.148	-10,58%	89,42%
	Total da conta 70	715.742	480.938	-234.804	-32,81%	67,19%
71	Vendas	0	0	0	0	0,00
72	Prestações de serviços e concessões					
7201164	Incentivos institucionais	11.460.219	8.022.153	-3.438.066	-30,00%	70,00%
7201165	Valor capitolacional (ULS)	102.716.628	106.154.694	3.438.066	3,35%	103,35%
7201168	Internos	425.341	425.341	0	0,00%	100,00%
7201169	Outras prestações de serviços	0	0	0		0,00%
72012	Prest. saúde de financiamento vertical (ACSS)	224.274	329.858	105.584	47,08%	147,08%
72013	Outras entidades responsáveis	432.045	414.276	-17.769	-4,11%	95,89%
7299	Outros serviços	0	0	0		
	Total da conta 72	115.258.507	115.346.322	87.815	0,08%	100,08%
75	Transferências e subs. correntes obtidos	107.167	108.634	1.467	1,37%	101,37%
76	Reversões	370.000	1.868.840	1.498.840	405,09%	505,09%
78	Outros rendimentos e ganhos	354.116	1.051.572	697.456	196,96%	296,96%
79	Juros, dividendos e out. rend. Similares	181	109	-72	-39,89%	60,11%
	TOTAL GERAL	116.805.713	118.856.414	2.050.701	1,76%	101,76%

Anexo IV – Variação Rendimentos e Ganhos

Mapa comparativo da Execução (Rendimentos)

31/12/2024

Código	Designação	PROCESS. EM 31/12/2023 (1)	PROCESS. EM 31/12/2024 (2)	VARIAÇÃO ABSOLUTA (2) - (1)	VARIAÇÃO RELATIVA (2) - (1)
70	Impostos, contribuições e taxas				
704108	Taxas moderadoras	441.132	454.335	13.203	2,99%
7041xx	Outras taxas	24.937	26.603	1.667	6,68%
	Total da conta 70	466.068	480.938	14.869	3,19%
71	Vendas	0	0	0	
72	Prestações de serviços e concessões				
7201162	Programas de gestão da doença crónica	0	0	0	
7201164	Incentivos institucionais	8.780.597	8.022.153	-758.444	-8,64%
7201165	Valor capitolacional (ULS)	82.416.212	106.154.694	23.738.482	28,80%
7201168	Internos	980.865	425.341	-555.524	-56,64%
7201169	Outras prestações de serviços	0	0	0	
72012	Prest. saúde de financiamento vertical (ACSS)	302.950	329.858	26.908	8,88%
72013	Outras entidades responsáveis	658.996	414.276	-244.720	-37,14%
72014	Acerto de estimativas	0	0	0	
7299	Outros serviços	0	0	0	
	Total da conta 72	93.139.620	115.346.322	22.206.702	23,84%
75	Transferências e subs. correntes obtidos	211.925	108.634	-103.292	-48,74%
76	Reversões	388.741	1.868.840	1.480.099	380,74%
78	Outros rendimentos e ganhos	727.999	1.051.572	323.572	44,45%
79	Juros, dividendos e out. rend. Similares	3	109	105	3157,49%
	TOTAL GERAL	94.934.357	118.856.414	23.922.057	25,20%

